

---

**PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI 0006242-19.2011.2.00.0000**

**Requerente:** Conselho Superior da Justiça do Trabalho

**Interessado:** Tribunal Regional do Trabalho - 5ª Região (ba)

**Requerido:** Conselho Nacional de Justiça

---

**PROPOSTA DE ANTEPROJETO DE LEI. JUSTIÇA DO TRABALHO. RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO QUE CRIOU 255 FUNÇÕES COMISSIONADAS NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO.**

1. Este Conselho Nacional de Justiça já se posicionou favoravelmente à ratificação, por meio de Lei, da criação de funções comissionadas oriundas de atos administrativos de Tribunais (PAM n.º 0000454-24.2011.2.00.0000).

2. Parecer técnico do Departamento de Acompanhamento Orçamentário - DOR, instituído pela Portaria n.º 24/2011 do CNJ, apresenta conclusão no sentido de que a proposição do TRT da 5ª Região não implica aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, pois as funções comissionadas já vêm sendo pagas com recursos orçamentários e financeiros destinados àquela Corte Trabalhista.

3. Proposta que se acolhe, devendo o Anteprojeto seguir sua regular tramitação, com o encaminhamento ao Congresso Nacional, após aprovação do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho.

## **I - RELATÓRIO**

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, considerando a decisão tomada pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, encaminha a este Conselho Nacional de Justiça, para análise e manifestação, proposta de Anteprojeto de Lei referente à ratificação do ato administrativo que criou 255 (duzentas e cinquenta e cinco) funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Instado a se manifestar, o Departamento de Acompanhamento Orçamentário - DOR conclui que a proposição do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região não acarreta impactos financeiros, bem como consigna a existência de precedentes favoráveis no âmbito do CNJ.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Trata-se de Anteprojeto de Lei que tem como objetivo a ratificação da criação de 255 funções comissionadas (FC-02) efetivada por meio de ato administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

A Resolução do TRT da 5ª Região foi editada quando ainda prevalecia o entendimento de que aos Tribunais, independentemente de autorização legislativa, seria possível a criação de funções comissionadas por intermédio de deliberação administrativa.

A referida tese, além de fundamentada na autonomia administrativa dos Tribunais (Artigo 96, inciso I, alínea "b", da Constituição da República de 1988), encontrava respaldo no Ato Regulamentar n.º 26/1992 do STF e na Resolução Administrativa n.º 42/1991 do TST.

Este Conselho Nacional de Justiça já se pronunciou a respeito de matéria semelhante à versada nestes autos, havendo emitido posicionamento favorável à ratificação, por meio de Lei, da criação de funções comissionadas oriundas de atos administrativos de Tribunais, *verbis*:

**ANTEPROJETO DE LEI. FUNÇÕES COMISSIONADAS CRIADAS POR RESOLUÇÃO**

**ADMINISTRATIVA DO PRÓPRIO TRIBUNAL. INEXISTÊNCIA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO. CONVALIDAÇÃO. SITUAÇÃO DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS REGULARIZADA MEDIANTE EDIÇÃO DE LEI. SOLICITAÇÃO ACOLHIDA**

1. Estudo técnico produzido pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário que indica a inexistência de aumento de gasto para o Tribunal.
2. Proposta de convalidação que se acolhe para encaminhamento ao Congresso Nacional de anteprojeto de Lei que regulariza a criação de funções, cuja criação foi efetivada por ato administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.
3. Solicitação que se acolhe. (PAM n.º 0000454-24.2011.2.00.0000)

No presente caso, foi solicitada a elaboração de parecer técnico pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário - DOR, instituído pela Portaria n.º 24/2011 do CNJ, que concluiu no sentido de que a proposição do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região não implica aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, pois as mencionadas funções comissionadas já vêm sendo pagas com recursos orçamentários e financeiros destinados àquela Corte Trabalhista.

O Departamento de Acompanhamento Orçamentário também ressaltou que a ratificação de funções criadas por atos administrativos também já foi objeto de deliberação deste CNJ, com pareceres favoráveis e, em alguns desses casos, com texto legal já aprovado pelo Congresso Nacional, *verbis*:

**PP 120/2005**

Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

Lei aprovada: Lei n.º 11.336/2006

**PP 116/2005**

Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

Lei aprovada: Lei n.º 11.349/2006

**PP 1177/2006**

Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Lei aprovada: Lei n.º 11.758/2008

**PAM 20091000001560-8**

Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Lei aprovada: Lei n.º 12.273/2010

**PAM 0000454.24.2.00.0000**

Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

Projeto de Lei: PL n.º 1804/2011

**PAM 0001320-66.2010.2.00.000 e PAM 0004063.15.2.00.0000**

Interessado: Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Consigne-se, outrossim, que o Tribunal Superior do Trabalho acolheu a proposta do Conselho Superior da Justiça do Trabalho no sentido do encaminhamento do Anteprojeto de Lei ao Congresso Nacional, a quem cabe deliberar sobre a convalidação requerida.

**III - CONCLUSÃO**

Com esses fundamentos, **manifesto-me em sentido favorável à regular tramitação do Anteprojeto de Lei formulado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região**, com o encaminhamento da proposta ao Congresso Nacional, após a aprovação pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho.

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

**CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA**  
**Conselheiro**

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA em 22 de Fevereiro de 2012 às 16:24:03

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:  
8eb1d61b58643cd99325b339528c1219

Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**28/03/2014 00:00:00****Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3****29/03/2014 00:00:00****Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3****29/03/2014 00:00:00****Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3****30/03/2014 00:00:00****Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3****30/03/2014 00:00:00****Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3****28/03/2014 00:00:00**<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>ID do documento: **605528**

12030209471400000000000604820